



36
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 204804-8/01

Agravante: Município do Recife

Procurador: Silvio Lins de Albuquerque

Agravado: Crineuza Bezerra Lima de Vasconcelos - ME

Advogado: Estácio Lobo da Silva Guimarães

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. VÍCIO. REGULARIZAÇÃO. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. POSSIBILIDADE. TEORIA DAS NULIDADES. FINALIDADE E PREJUÍZO. REPETIÇÃO DO ATO VICIADO. DECISÃO QUE RESOLVEU A IMPUGNAÇÃO SEM IMPORTAR NA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ADEQUAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Como bem evidencia a certidão de fls. 144, foram realizadas novas intimações apenas quanto aos atos decisórios de fls. 65/66 e 92v, dentre os quais não se inclui a sentença (fls. 109/110), razão pela qual, ao contrário do que afirmou o Juiz de piso na decisão de fls. 156, não restou suprido o defeito processual que deu causa ao cerceamento de defesa alegado pela autora.

2. Como cediço, se não ocorre a regular intimação do advogado para a prática dos atos processuais, cerceando, assim, o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF/88) da parte, trata-se de nulidade pleno *iure*, uma vez que as citações e as intimações são os atos mais básicos do processo, constituindo-se na comunicação de cada ato existente aos três sujeitos processuais: juiz, autor e réu.

3. Na ausência de regular intimação, incidem os arts. 236, §1º, 247 e 248 do CPC, a determinar a anulação de todos os atos praticados desde o ato defeituoso, não havendo falar, por óbvio, em esgotamento da prestação jurisdicional (art. 463 do CPC), inexistindo o óbice da coisa julgada (art. 467 da Lei Adjetiva).

4. Com efeito, a alegação da Edilidade de que a decisão do juízo de piso deveria ser atacada por meio de recurso de apelação de modo que teria havido inadequação



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

recursal por parte da recorrida ao interpor o agravo de instrumento nº 204804-8, não merece prosperar, porquanto o *decisum a quo* resolveu a impugnação sem importar na extinção da execução, razão pela qual o recurso empregado pela parte agravada está em perfeita conformidade com a legislação processual civil pátria.

5. Recurso de agravo não provido por unanimidade dos votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 204804-8/01, acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direto Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 02/05/2013 à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, porém, negando-lhe provimento, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

P. e I.

Recife, 02/05/2013

José Ivo de Paula Guimarães

Relator



38
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 204804-8/01

Agravante: Município do Recife

Procurador: Silvio Lins de Albuquerque

Agravado: Crineuza Bezerra Lima de Vasconcelos - ME

Advogado: Estácio Lobo da Silva Guimarães

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de decisão terminativa retratativa proferida nos autos do recurso de agravo, que reconheceu a nulidade de todos os atos praticados no processo desde a intimação realizada erroneamente (18/07/2006), com a consequente baixa dos autos ao juízo de origem para que venha a tomar as medidas cabíveis à regularização processual.

Em suas razões, alega o recorrente que a decisão retratativa ora agravada causou ofensa ao § 3º do art. 475 - M - do CPC, uma vez que a decisão de piso que deu origem ao presente recurso resolveu impugnação o que importa na extinção da execução, de modo que o recurso a ser empregado em face desse *decisum* seria uma apelação e não um agravo de instrumento, conforme procedido pela parte recorrida.

Desse modo, requer a anulação do agravo de instrumento nº 204804-8 por ser o mesmo o recurso inadequado para impugnar a decisão proferida pelo juízo *a quo*.

Não sendo caso de ser exercido juízo de retratação, coloco em mesa o recurso para julgamento, posto que preenchidos os requisitos legais.

É o relatório.

Recife, 02/05/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator



39
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 204804-8/01

Agravante: Município do Recife

Procurador: Silvio Lins de Albuquerque

Agravado: Crineuza Bezerra Lima de Vasconcelos - ME

Advogado: Estácio Lobo da Silva Guimarães

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Traçando um breve esboço fático acerca do feito em apreço, destaco ter a parte agravante ajuizado originariamente Ação Anulatória de Lançamento Tributário c/c Pedido de Antecipação de Tutela em face do Município do Recife, tendo por objeto o Auto de Infração nº 15.10315.4.04, o qual fora lavrado em virtude de suposto não recolhimento de ISS.

Em 10/08/2005, a demandante informou ao Juízo *a quo* a substituição dos seus patronos, conforme petição de substabelecimento sem reservas de poderes acostadas às fls. 105.

O Togado Singular proferiu sentença em 06/10/2008 (fls. 109/110), julgando improcedente o pedido por absoluta ausência de respaldo legal e condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa. Sem a interposição de recurso voluntário, tal *decisum* transitou em julgado no dia 17/11/2008, consoante certidão de fls. 112.

Dando início à fase executiva, a municipalidade peticionou às fls. 118/120, requerendo o cumprimento das providências estabelecidas no art. 475 - I do CPC.

A parte autora então apresentou impugnação às fls. 128/130, aduzindo que, apesar da alteração de patronos realizada em 10/08/2005, as intimações das decisões subsequentes foram veiculadas pela imprensa oficial apenas em nome dos causídicos substabelecidos, tendo a primeira nulidade ocorrido com a publicação efetuada em 18/07/2006, referente à Pauta nº 153/2006.

Assim, com arrimo no art. 236, §1º, do CPC, requereu a declaração de nulidade dos atos praticados a partir de 18/07/2006, com a renovação das intimações dos atos de fls. 65/66 e 92v. Juntou



LUO
AD

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

os documentos de fls. 133/134 para comprovar o alegado vício processual.

Instada a se pronunciar, a Edilidade reconheceu a existência da irregularidade processual e requereu a desistência do cumprimento de sentença para que fosse intimada a autora na forma pleiteada na impugnação.

Conclusos os autos, proferiu o magistrado a decisão de fls. 143 dos autos, a qual passo transcrever:

Defiro o requerimento retro, cumprindo a secretaria os procedimentos necessários para os atos intimatórios, conforme proposto às fls. 91.

Recife, 28.08.09
José Viana Ulisses Filho
Juiz de Direito

Ora, por meio da sobredita decisão, o magistrado *a quo* acatou o pedido de desistência da fase de cumprimento de sentença formulado pela municipalidade ao se pronunciar sobre a impugnação apresentada pela demandante, determinando a renovação dos atos intimatórios, desta vez em nome dos novos causídicos, de acordo com o requerido na impugnação.

Ocorre que, como bem evidencia a certidão de fls. 144, foram realizadas novas intimações apenas quanto aos atos decisórios de fls. 65/66 e 92v, dentre os quais não se inclui a sentença (fls. 109/110), razão pela qual, ao contrário do que afirmou o Juiz de piso na decisão de fls. 156, não restou suprido o defeito processual que deu causa ao cerceamento de defesa alegado pela autora.

Como cediço, se não ocorre a regular intimação do advogado para a prática dos atos processuais, cerceando, assim, o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF/88) da parte, trata-se de nulidade pleno *iure*, uma vez que as citações e as intimações são os atos mais básicos do processo, constituindo-se na comunicação de cada ato existente aos três sujeitos processuais: juiz, autor e réu.

Na ausência de regular intimação, incidem os arts. 236, §1º, 247 e 248 do CPC, a determinar a anulação de todos os atos praticados desde o ato defeituoso, não havendo falar, por óbvio, em esgotamento da prestação jurisdicional (art. 463 do CPC), inexistindo o óbice da coisa julgada (art. 467 da Lei Adjetiva).



43
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nesse sentido, a jurisprudência do STJ:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. NULIDADE DE INTIMAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS AO ARESTO DA APELAÇÃO, CUJA INTIMAÇÃO NÃO OBSERVOU O PEDIDO EXPRESSO DE QUE AS FUTURAS INTIMAÇÕES FOSSEM FEITAS EM NOME DOS PATRONOS INDICADOS PELA PARTE. ARTS. 154, 245, 236, § 1º, e 247 DO CPC. OFENSA CARACTERIZADA. ART. 503, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. PRECLUSÃO LÓGICA NÃO EVIDENCIADA. RESSALVA FEITA PELO RECORRENTE AO EFETUAR O DEPÓSITO. APELO NOBRE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A intimação do acórdão proferido pela Corte de origem, ainda no processo de conhecimento, sem a observância do pedido do ora recorrente de que as futuras intimações fossem feitas em nome dos advogados apontados pela parte implica afronta à regra do art. 236, § 1º, do CPC, cuidando-se de nulidade absoluta, que pode ser decretada de ofício e que enseja a nulidade dos atos processuais subsequentes, nos termos da reiterada orientação deste Pretório. Precedentes.

2. Caso em que o executado/recorrente tomou ciência do trânsito em julgado do aresto apenas quando os autos foram baixados à primeira instância e foi determinada a execução do decisum, momento em que o Banco peticionou ao Juízo de primeiro grau arguindo o vício relativo à intimação.

3. Providência compatível com a regra do art. 245 do CPC, segundo a qual a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, bem como com o precedente proferido por este Tribunal, no qual ficou decidido que "A nulidade deve ser argüida na primeira oportunidade que a parte tiver para falar nos autos. Se o acórdão transitou em julgado por irregularidade da intimação, que, por erro do cartório, foi feita em nome de advogado que não mais representava a parte, e esta só tomou conhecimento do fato quando foi intimada da baixa dos autos para início da execução, pode peticionar ao juiz de primeira instância alegando a nulidade". (REsp 245.647/SC, Relator o eminente Ministro WALDEMAR ZVEITER, DJ de 19.2.2001).

4. A instituição financeira, ao efetuar o depósito da importância de R\$ 2.659.591,43, ressaltou a sua intenção de impugnar a execução, motivo pelo qual viola o art. 503, parágrafo único, do CPC, a orientação firmada pela Corte de origem, que desconsiderando a expressa ressalva do Banco, concluiu que o mencionado depósito consistiu em ato incompatível com a vontade de recorrer, sobretudo na hipótese vertente, em que, além da ressalva de que iria oferecer impugnação à execução, o Banco requereu que fosse indeferido qualquer pedido de levantamento que viesse a ser formulado pelo ora recorrido e alertou que ainda se encontrava pendente o pedido de



42
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

devolução do prazo recursal em razão da nulidade de intimação já referida.

5. Recurso especial parcialmente provido, para declarar a nulidade absoluta dos atos processuais praticados após o julgamento dos embargos de declaração 85820/2009 (fls. 155/159) pela eg. Corte Estadual, determinando-se nova publicação, constando os nomes dos advogados indicados pelas partes (REsp 1213920 / MT, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, T4 - QUARTA TURMA, DJ 16/06/2011).

PROCESSO CIVIL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. VÍCIO. REGULARIZAÇÃO. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. POSSIBILIDADE. TEORIA DAS NULIDADES. FINALIDADE E PREJUÍZO. REPETIÇÃO DO ATO VICIADO. PRODUÇÃO DOS EFEITOS NORMAIS. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA. CPC, ARTS. 544, §3º. RECURSO PROVIDO. I - A intimação, dentre outros objetivos, tem a finalidade de dar conhecimento às partes da decisão, bem como a elas e a seus advogados possibilitar a interposição dos recursos cabíveis. Uma vez não intimados, nem suprida a omissão, a reparação dos prejuízos causados significa o retorno do processo àquela fase, em relação à parte prejudicada. II - Desde a repetição do ato nulo, este produz todos os seus normais efeitos, que não ocorreram em face da irregularidade. Destarte, não se pode limitar a decisão que determina a nova intimação à interposição de um único recurso, mas a todos os eventualmente cabíveis. III - Ao determinar-se a anulação de um ato processual, para o qual a lei comina nulidade (arts. 236, § 1º, e 247, CPC), a repetição do ato nulo é remédio que a lei prevê para evitar que a nulidade contamine atos subseqüentes do processo. IV - No caso, verificou-se irregularidade formal e não ausência de procuração, não incidente o enunciado sumular(nº 115) da Corte (REsp 216195 / RN, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, T4 - QUARTA TURMA, DJ 02/12/1999).

Com efeito, a alegação da Edilidade de que a decisão do juízo de piso deveria ser atacada por meio de recurso de apelação de modo que teria havido inadequação recursal por parte da recorrida ao interpor o agravo de instrumento nº 204804-8, não merece prosperar, porquanto o *decisum a quo* resolveu a impugnação sem importar na extinção da execução, razão pela qual o recurso empregado pela parte agravada está em perfeita conformidade com a legislação processual civil pátria, não havendo motivos para a sua anulação.

A decisão agravada, portanto, mostra-se acertada no ponto em que, considerando a ausência regular de intimação e a consequente incidência dos arts. 236, §1º, 247 e 248 do CPC, determinou a anulação de todos os atos praticados desde o ato defeituoso, afastando os óbices do esgotamento da prestação



43
20

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

jurisdicional (art. 463 do CPC) e da coisa julgada (art. 467 do CPC), não havendo mácula que enseje a sua reforma.

Diante de todo o acima exposto, voto pelo não provimento do presente recurso de agravo, devendo manter-se inalterada a decisão atacada.

É como voto.

Recife, 02/06/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator